



O DEVER DO ADVOGADO NO ATUAL CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(res)

Fabício Dias Rodrigues
Cleberson Silva Alves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

No contexto contemporâneo a função do advogado, seja ela na defesa individual ou coletiva de seus patronos, até dos que não dispõem de recursos, emergindo aí a advocacia pro bono, pode-se afirmar que é indispensável à promoção da garantia da tutela, devido ao conhecimento técnico e habilidoso como um dos operadores do direito. O advogado amparado por seu estatuto e pela legislação, conforme a Constituição Federal que traz o artigo 133, que é cristalino ao determinar veementemente sem obscuridade ou dubiedade o papel do advogado é indispensável à administração da justiça.

Destaca Marcus Furtado Coelho: "A higidez do relacionamento entre o advogado e seu cliente é fundamental ao verdadeiro exercício do direito de defesa e ao devido processo legal".

Objetivo

O objetivo da pesquisa é descrever o conceito com base na doutrina disponível, quando se indaga quais são os deveres, não se apartando das prerrogativas, e a norma que rege a profissão do profissional jurídico e seu ministério privado.

Material e Métodos

O trabalho de pesquisa de forma aplicada é a qualitativa com revisão bibliográfica que utiliza o método analítico, tomando como base as normas vigentes ao exercício da profissão de advogado como a EOAB, além de doutrinas, devendo buscar a formação e exposição de uma idéia central e simplificada do que é o dever do advogado no atual cenário jurídico brasileiro, sob a ótica da ética e da moral e do mandamento constitucional.

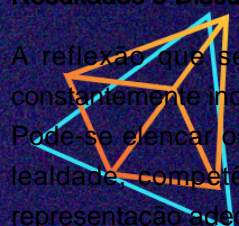
Resultados e Discussão

A reflexão que se forma, toma como base a evolução da sociedade, quando direitos e tutelas surgem constantemente inovações.

Pode-se elencar os principais deveres do advogado quanto ao regramento formal e ético; a confidencialidade, lealdade, competência, zelo, honestidade e integridade, independência, respeito às regras da profissão e representação adequada. Com tudo, esse deveres vão além das linhas do estatuto, ou de qualquer norma vigente, atualmente abrange uma filosofia moral, como expõe Elias Ferreira da Costa, sobre a finalidade da advocacia; "... É dever do advogado zelar pelos preceitos garantidores da segurança jurídica, a exemplo do mandamento



3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera



constitucional que institui o devido processo legal...”

Conclusão

No atual cenário jurídico, o advogado vem o notório e a militância contra tantas injustiças até mesmo da própria justiça, ou seja, o que se vê é o confronto de normas, aberrações jurídicas, estas sendo combatidas por íntimos advogados preparados, doutrinados a exercer a advocacia com a preservação dos princípios basilares da ética, moral e legalidade ao que determina a carta magna. De acordo com a doutrina atual, conclui-se que o dever primordial do advogado é a busca em executar sua função de modo a merecer o respeito profissional e pessoal bem como ao prestígio da advocacia.

Referências

Livros

COELHO, Marcus Vinícius Furtado, Comentários ao novo Código de ética dos Advogados, 2ª edição – As Relações entre o Advogado e o Cliente, São Paulo. 2017.

COSTA, Elcias Ferreira da, Deontologia Jurídica – Ética das Profissões Jurídicas 4ª edição – Parte II – As Profissões Jurídicas, Rio de Janeiro. 2013.

MAMEDE, Gladston, A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, 6ª edição – Deveres do Advogado, Rio de Janeiro. 2013, p. 74

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera